

**XIV CONGRESO DE HISTORIA AGRARIA
Badajoz, 7-9 de noviembre de 2013**

Título

**O mercado florestal de cortiça no Sudoeste ibérico, 1833-1914:
Contratos, redes comerciais e agentes económicos**

**Francisco M. Parejo Moruno (fmparejo@unex.es)
*Universidad de Extremadura***

**Carlos M. Faísca (cmsaff@gmail.com)
*ICS-Universidade de Lisboa***

SESIÓN SIMULTÁNEA D.2.

La gestión de los patrimonios rurales (ss. XI-XX): administración y producción

RESUMEN

En la comunicación se definirán las características principales de la explotación forestal y comercial del corcho en el suroeste ibérico a partir del estudio de los contratos de arrendamiento de alcornocales (y de compraventa de corcho) celebrados en Extremadura, Andalucía y en el Alto Alentejo portugués entre 1833 y 1912. En concreto, se incidirá en el análisis de aspectos como la evolución del precio del corcho, la de las rentas pagadas por el arrendamiento de fincas de alcornocales y la duración de los contratos de explotación de éstas, así como su adaptación a la naturaleza del ciclo productivo, o como la localización de las industrias que, a lo largo del período considerado, fueron receptoras del corcho extraído en estas regiones. Finalmente, trataremos de detectar la existencia de estrategias empresariales, ligadas en el ámbito teórico a la gran empresa moderna, como la integración vertical, susceptible de análisis a partir del estudio de empresarios como el británico George Robinson, titular de establecimientos industriales en Portalegre y San Vicente de Alcántara, o como la familia Bucknall, también con intereses corcheros en el suroeste peninsular. Vinculado con lo anterior, será interesante ver si, en ausencia de dicha integración vertical, convergieron o no sobre la explotación corchera intereses antagónicos de los diferentes agentes económicos implicados (productores forestales, comerciantes e industriales), como ha sido demostrado en algunos trabajos para algunos períodos del siglo XX.

Como principales fuentes, se usarán los protocolos de arrendamiento de fincas y/o de compraventa de corcho firmados en los distritos administrativos alentejanos de Portalegre y Évora, en el caso de Portugal, y en los municipios de Alburquerque, San Vicente de Alcántara, Jerez de los Caballeros y Mérida, principalmente, en el caso de España. La realidad andaluza será aproximada a partir de la tesis doctoral del profesor Antonio Serrano y de la valiosa información inédita que aporta sobre la explotación corchera en la provincia de Sevilla.

Palabras clave: Corcho, Industria corchera, Andalucía, Alentejo, Extremadura.

O MERCADO FLORESTAL DE CORTIÇA NO SUDOESTE IBÉRICO, 1833-1914: UM NEGÓCIO DE INGLESES E CATALÃES

Francisco M. Parejo Moruno
Carlos M. Faísca

1. Introdução

Nas últimas décadas a investigação sobre a História do setor corticeiro tem-se desenvolvido a um bom ritmo, salientando-se os trabalhos de Santiago Zapata Blanco (Zapata Blanco 1996; Zapata Blanco 2002; Zapata Blanco 2009), entre outros autores. Contudo, esta investigação tem sido realizada de forma assimétrica, existindo regiões, como a Catalunha; cronologias, sendo o caso do século XX por comparação com a centúria anterior; e vertentes do negócio corticeiro, como as exportações; que se encontram mais estudadas que outras. Assim, muitos aspetos continuam por investigar, nomeadamente o funcionamento do mercado florestal de cortiça e o seu desenvolvimento inicial, sobretudo nas regiões da Extremadura e Alentejo, precisamente duas das principais zonas de produção de cortiça em bruto do planeta.

No caso Extremenho, à margem do recente trabalho de Parejo Moruno, Faísca e Rangel Preciado (Parejo Moruno, Faísca, e Rangel Preciado 2013), a obra de referência sobre a génese do negócio corticeiro desta região continua a ser a *Historia del grémio corchero* de Ramiro Medir Jofra (Medir Jofra 1953), onde o autor reuniu informações sobre as origens e o desenvolvimento inicial das atividades corticeiras na Extremadura e Andaluzia. Ora, se no caso Andaluz já têm surgido algumas investigações de fundo (Serrano Vargas 2007; Serrano Vargas 2009), o mesmo não se pode afirmar em relação à Extremadura. Por outro lado, embora o caso Alentejano já tenha sido abordado, essencialmente a partir das obras de Hélder Fonseca (Fonseca 1996) e Paulo Guimarães (Guimarães 2006), na realidade, o objeto de estudo de ambos os autores centrou-se no papel das elites económicas locais e na própria economia alentejana, na primeira obra apenas durante o século XIX e na de Paulo Guimarães até à primeira metade do século XX. Ou seja, dentro dos respetivos âmbitos cronológicos, os dois autores estudaram o setor da cortiça, mas a partir de uma outra dimensão agrícola e/ou económica em que este se encontra inserido e não como objeto de estudo em si.

Esta comunicação apresenta-se assim como um primeiro passo de uma investigação mais ampla, na qual se pretende estudar o mercado florestal de cortiça do Sudoeste da Península Ibérica, no «longo século XIX», um assunto ainda por explorar. Iniciamos este caminho com o estudo de alguns aspetos do mercado florestal de cortiça do Alto Alentejo e Extremadura, através de uma perspetiva comparada, que se estende, em alguns aspetos, à Andaluzia.

Esta última região conta já, ao contrário das anteriores, com um estudo específico sobre o seu setor corticeiro (Serrano Vargas 2007; Serrano Vargas 2009).

No futuro, pretendemos alargar o nosso âmbito geográfico, nomeadamente ao restante espaço alentejano, assim como as temáticas abordadas, entre as quais às estratégias empresariais presentes, aos fatores de localização industrial e à formação do preço da cortiça no mato.

Finalmente, dividimos a estrutura da comunicação em seis partes: as duas primeiras, com um carácter introdutório, onde abordamos as origens da exploração florestal de cortiça e a importância da cultura suberícola nas duas regiões estudadas; seguem-se questões relativas às fontes e aos métodos empregues; a terceira é relativa ao estudo dos contratos de arrendamento de cortiça; a quarta debruça-se na determinação da origem primária das indústrias que se abasteceram da cortiça norte-alentejana e estremenha; e, por último, a conclusão, onde indicamos quais devem ser, na nossa opinião, as futuras linhas de investigação nesta temática.

2. A origem da exploração florestal de cortiça

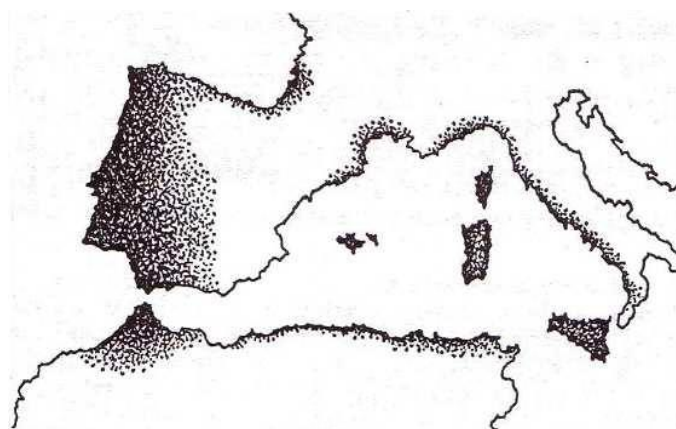
Não obstante a sua presença no comércio internacional europeu desde, pelo menos, meados do século XIV (Soldevila i Temporal 2009, 599–600), a exploração sistemática de cortiça iniciou-se em França, no final do século XVII, devido à necessidade do fabrico de rolhas de forma a fornecer a produção vinícola local¹. Contudo, devido à distribuição geográfica do montado de sobro, a exploração florestal de cortiça expandiu-se, já em meados do século XVIII, até à Catalunha, visto que a produção francesa rapidamente se revelou insuficiente para satisfazer o aumento da procura de rolhas de cortiça (Parejo Moruno 2010, 15). No século XIX, o crescimento da cultura vitivinícola ocorreu de forma ainda mais acentuada (Simpson 2011, 1–2), pelo que também a produção catalã não foi suficiente para abastecer as necessidades da indústria corticeira, que, para além de França e Espanha, se expandira, na segunda metade do século XVIII, até outros países não-produtores de cortiça, como, por exemplo, o Reino Unido, os Estados Unidos e a Alemanha². Assim, ainda na primeira metade do século XIX, a procura por matéria-prima estendeu-se às regiões com maior superfície de montado, que se desenvolve essencialmente no Sudoeste da Península Ibérica (Natividade 1950, 53), ou seja, o Sudoeste Espanhol – Andaluzia e Extremadura – por volta dos anos 1830 (Serrano Vargas 2009; Parejo Moruno, Faísca, e Rangel Preciado 2013), e o Sul de Portugal, particularmente no Alto Alentejo desde, pelo

¹ Tradicionalmente atribui-se ao monge beneditino *Pierre de Perignon* a «invenção» da rolha de cortiça. Estas eram utilizadas como vedantes nas garrafas de um vinho espumoso que *D. Perignon* produzia na região francesa de *Champagne*.

² E entre finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte em Portugal. A questão da localização da primeira fábrica corticeira em Portugal não reúne consenso e, na realidade, encontra-se por investigar (Bernardo 1946; Branco e Parejo 2011, 11–12).

menos, 1846³, mantendo-se até à atualidade. É de salientar que em relação ao início das atividades corticeiras industriais em Portugal não existe um consenso quer sobre a cronologia relativa ao seu início, quer na localização das primeiras fábricas de cortiça, nem tão-pouco sobre quais foram os seus promotores. Ora, se, por um lado, existem dados que indicam a existência de uma pouco expressiva exportação de rolhas de cortiça ainda em finais do século XVIII, por outro, a verdade é que se tratou de um comércio de reduzida dimensão e, sobretudo, com um carácter bastante irregular (Bernardo 1948). É por este motivo que, até futuras investigações, continuamos a situar o desenvolvimento industrial e florestal de cortiça em Portugal, na primeira metade do século XIX.

Figura 1 – Distribuição natural do sobreiro



Fonte: Natividade (1950, 53)

3. O Alto Alentejo e a Extremadura: duas importantes regiões de produção florestal e industrial de cortiça⁴

Neste contexto, situando-se numa zona de extensas áreas de sobreiro, o Alto Alentejo desempenhou um papel relevante no negócio corticeiro português, não só através produção florestal, mas também no setor industrial corticeiro que, desde cedo, se implementou na região. O exemplo mais conhecido e, de certa forma, o *ex-libris* da indústria corticeira norte-alentejana, é a fábrica fundada na cidade de Portalegre por *George Robinson*, que já laborava em 1848, mas cujo estabelecimento é anterior a esta data, sendo da responsabilidade de *Thomas Reynolds*, a quem *George Robinson* a adquiriu (Guimarães 2006, 167)⁵. De facto, já o foral Manuelino de Ponte de Sor, datado de 1514, refere a existência de sobreiros, penalizando o seu abate⁶, enquanto *Albert Silbert*, situando a sua análise no final do século XVIII, refere que a região “(...) parece ter sido dominada por

³ Data do mais antigo contrato de arrendamento de cortiça que até agora encontramos.

⁴ Nesta comunicação, a designação Alto Alentejo corresponde à sub-região estatística portuguesa de nível III com o mesmo nome. Esta, por sua vez, corresponde por completo ao extinto Distrito de Portalegre.

⁵ O autor argumenta que *George Robinson* adquiriu a «fábrica de cortiça» a *Thomas Reynolds*, outro famoso corticeiro inglês, fazendo recuar a cronologia da indústria corticeira em Portalegre.

⁶ ANTT, Leitura Nova, Livro de Forais Novos, Entre-Tejo-e-Odiana, fls. 79v-80.

extensos arvoredos, com a predominância de sobreiros e pinheiros (...)”(Silbert 1978, 409). Porém, o mesmo autor refere que os sobreiros eram alvo de frequentes abates, já que uma das suas principais utilizações económicas era o fornecimento de lenha e carvão, com que a região norte-alentejana não só se abastecia, mas que também exportava, sobretudo em direção ao grande mercado consumidor que era a cidade de Lisboa (Silbert 1978, 413–415). Com a já referida valorização internacional da rolha de cortiça, sobretudo na segunda metade do século XIX, a área de montado de sobreiro e, consequentemente, a produção desta matéria-prima conheceram, nesta região, um crescimento que foi bastante notado por diversos autores da época (Marçal 1878), mas que, infelizmente, ainda não nos é possível a sua quantificação devido à aparente ausência de dados de produção regional corticeira que permita construir uma série temporal minimamente representativa deste período. Ainda assim, podemos adiantar que, em 1906, cerca de 11% da superfície do Alto Alentejo seria composta por montado de sobreiro, num total de 70.632 hectares⁷, tornando o sobreiro, a par da azinheira⁸, a espécie florestal mais predominante de todo o Alto Alentejo. Por outro lado, os sobreiros do distrito de Portalegre produziram, em 1905, cerca de 4.400 toneladas de cortiça⁹, quantia que corresponde a cerca de 15% do total da produção nacional¹⁰, curiosamente a mesma proporção verificada quase seis décadas mais tarde (Sampaio 1977, 79).

Na vertente industrial do negócio corticeiro, a região do Alentejo teve, durante o século XIX, um carácter preponderante, já que, ao que tudo indica, o principal fator de localização industrial neste período esteve relacionado com uma maior proximidade à matéria-prima. Assim, as principais unidades industriais encontraram-se espalhadas entre o Ribatejo, o Alentejo e o Algarve, e disseminando-se de acordo com o grau de dispersão do sobreiro (Branco e Parejo 2011, 12). Compreende-se então que a indústria corticeira se tenha tornado na principal atividade secundária alentejana, representando esta, a nível nacional, cerca de metade das unidades industriais e do produto bruto industrial (Fonseca 1996, 70). Posteriormente, parte da indústria corticeira presente no Alentejo sofreu com o processo de litoralização da economia nacional (Faísca 2013), para o qual poderão ter contribuído diversos fatores como o desenvolvimento dos transportes; o custo e a disponibilidade da mão-de-obra alentejana; a proximidade, num negócio com uma fortíssima componente exportadora, com os grandes portos marítimos do litoral; entre outros.

⁷ ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, NP 881.

⁸ A área de montado de Azinho seria ligeiramente superior contando com 85.402 hectares. Seguiu-se a Oliveira, mas a grande distância, contando com «apenas» cerca de 14 mil hectares, enquanto as superfícies de Carvalho (7300 Ha) e de Castanheiro (3900 Ha), embora não fossem desprezíveis, eram de uma ordem de grandeza significativamente menor.

⁹ ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, NP 853.

¹⁰ Este valor foi obtido através do quociente entre a produção distrital e a produção nacional do mesmo ano publicada em Lains, Pedro, e Paulo Silveira e Sousa. 1998. «Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914». *Análise Social* 33 (149) (Janeiro 1): 935–968.

Um dos elementos caracterizadores da indústria corticeira presente no Alentejo do século XIX é a sua vertente essencialmente preparadora, todavia, existiram algumas unidades dedicadas à transformação de cortiça em Évora e, sobretudo, a *Robinson* de Portalegre (Fonseca 1996, 68). Esta última, tratava-se de uma grande fábrica que, em 1881, contava com cerca de 560 trabalhadores, afigurando-se como a maior unidade industrial corticeira de Portugal (Branco e Parejo 2011, 12). Possivelmente devido à sua grande dimensão, o restante parque industrial do Alto Alentejo foi, aparentemente, reduzido, quer em número, quer na dimensão de cada fábrica. Porém, durante o período cronológico que estamos a analisar, foram criadas unidades industriais de preparação de cortiça nos concelhos de Ponte de Sor (Guimarães 2006, 211; Andrade 2010, 170–174) e Sousel (Guimarães 2006, 211).

A Extremadura e, especialmente, a Província de Badajoz, região limítrofe do Alentejo português, possui características ecológicas semelhantes às da citada região portuguesa, pelo que a sua paisagem florestal é também ela marcada por extensas áreas de montado de sobro (Alvarado 1983).

Quanto à indústria corticeira, esta, ao que tudo indica, estabeleceu-se na região através de um processo semelhante e contemporâneo ao caso portalegrense. Assim, e até muito recentemente, a historiografia económica situava a fundação das primeiras fábricas de cortiça extremenhas no ano de 1845, quando o industrial luso-britânico *Thomas Reynolds Hunter*, filho do fundador da fábrica de cortiça de Portalegre, estabeleceu duas fábricas em *Jerez de los Caballeros* e *Albuquerque* (Medir Jofra 1953, 67–71). A partir desta data, segundo o mesmo autor, a indústria corticeira extremenha difundiu-se por outras localidades da região como, por exemplo, *San Vicente de Alcántara*, *Cañaveral*, *Arroyo de la Luz*, *Barcarrota*, *Fregenal de la Sierra* e *Cáceres*. As investigações mais recentes acerca deste assunto têm vindo a confirmar o carácter pioneiro da família *Reynolds* no estabelecimento da indústria corticeira extremenha, contudo, colocam a sua fundação alguns anos a montante da anterior data (Parejo Moruno, Faísca, e Rangel Preciado 2013, 473–476). Assim, os *Reynolds* estavam estabelecidos em *Albuquerque* desde, pelo menos, 1838. Naquele ano, o patriarca da família, *Thomas Reynolds*, conjuntamente com o seu primogénito homónimo e o português Jaime Pinhol, autorizou que *Robert Reynolds*, também seu filho, comesse a arrendar montados de sobro em seu nome, com o objetivo final de “(...) proporcionar más corcha con destino a elaborarla en la fábrica (...) que tienen en esta villa [de Albuquerque] (...)” (Parejo Moruno, Faísca, e Rangel Preciado 2013, 467). Mais tarde, deu-se a entrada no setor industrial corticeiro extremenho de outros atores, muitos deles de origem britânica, que, simultaneamente, desenvolveram intensas atividades corticeiras em Portugal e, dentro deste, no Alto Alentejo. Nomeadamente, são os casos da sociedade *Henry Bucknall & Sons*, proprietária de uma fábrica de preparação de cortiça em

Ponte de Sor (Andrade 2010, 170–174), e compradora de cortiça norte-alentejana; mas sobretudo dos *Robinson*, cuja unidade principal se manteve em Portalegre até ao início do século XXI.

No entanto, e ao contrário da região alentejana, a indústria presente na Extremadura estava muito longe de se constituir como o principal núcleo industrial corticeiro espanhol, não só pela sua dimensão, mas também pela sua especialização produtiva. Na realidade, o parque industrial extremenho possuía um carácter mais virado para a preparação de cortiça, enquanto a indústria transformadora espanhola, geradora de maiores rendimentos, continuou a localizar-se sobretudo na Catalunha (Zapata Blanco 1996).

Em conclusão, estamos perante duas regiões limítrofes, com condições ecológicas semelhantes e nas quais, aparentemente, a indústria corticeira se desenvolveu em paralelo, quer pelos atores envolvidos, quer do ponto de vista cronológico. Torna-se assim pertinente comparar as semelhanças e as dissemelhanças na forma como o negócio corticeiro oitocentista se estruturou nestas duas regiões, permitindo aferir se o efeito da fronteira política existente entre ambas teve alguma repercussão económica.

4. Fontes e Método

A recolha de informação efetuou-se a partir dos registos dos cartórios notariais de vários municípios da Província de Badajoz, na Extremadura, que se encontram publicados (García García 2006; García García 2008a; García García 2008b), e do concelho de Portalegre, estes últimos consultados no *Arquivo Distrital de Portalegre*, num trabalho efetuado pelos colaboradores da *Fundação Robinson*, no âmbito do projeto *ArqRob* da referida instituição. Este tipo de registos são, sem dúvida, uma importante fonte para reconstruir a vida social e económica de uma região (Sánchez Marroyo 1981). Com uma produção estimada de 500 toneladas, o concelho de Portalegre encontrava-se equiparado com os principais concelhos do distrito neste aspeto, talvez com exceção de Ponte de Sor que, com uma produção de 800 toneladas, acabava por se destacar dos demais¹¹.

Como forma de obter matéria-prima, comerciantes e industriais partilhavam algumas práticas comuns: o arrendamento e/ou a compra de cortiça na árvore, ou a compra de cortiça empilhada junto à respetiva propriedade agrícola (Michotte 1923, 261–266). Muitas destas transações foram registadas através da celebração de contratos nos diversos cartórios notariais das principais regiões produtoras de cortiça, entre as quais se encontram, naturalmente, o Alto Alentejo e a Extremadura. Nesta comunicação analisaremos

¹¹ A produção distrital de cortiça estava organizada da seguinte forma: Ponte de Sor (800 t), Avis (600 t), Crato (594 t), Nisa (550 t), Portalegre (500 t), Sousel (420 t), Marvão (250 t), Arronches (156 t), Gavião (150 t), Alter do Chão (75 t), Fronteira (50,5 t), Elvas (50 t), Monforte (30 t) e Campo Maior não apresentava qualquer extração de cortiça. ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura*, NP 853.

somente os contratos de arrendamento de cortiça na árvore. Estes permitiram-nos reunir informações sobre compradores, vendedores, duração dos contratos, localização das propriedades e montantes envolvidos.

Embora seja bastante difícil mensurar qual seria a ponderação relativa deste tipo de contratos no total das transações florestais de cortiça da época, a verdade é que não só a sua importância é referida na bibliografia (Michotte 1923, 261–266; Guimarães 2006, 212), mas também a grande quantidade de contratos celebrados, assim como os elevados montantes envolvidos, atestam tratar-se de uma atividade com bastante dinamismo. Assim, somente no concelho de Portalegre, identificámos, entre 1846 e 1914, um total de 559 contratos. Já do lado extremo, num âmbito cronológico que se situa entre 1840 e 1912, reunimos 375 contratos. Por último, recorremos, numa perspetiva comparada, aos contratos celebrados na região andaluza da Serra Morena, próxima de Sevilha, na qual, entre 1827 e 1919, Serrano Vargas examinou 827 deste tipo de contratos (Serrano Vargas 2009).

Ainda que as designações contratuais não sejam totalmente homogéneas, variando entre «escritura de arrendamento de propriedades de cortiça», «escritura de arrendamento de propriedades para disfrute de cortiça», «escritura de venda de cortiça» ou simplesmente «escritura de arrendamento de cortiça», no caso português; «*arriendo de corcho*», «*arriendo la producción del arbolado*» ou «*venta de corcho*», no caso espanhol, basicamente estes contratos transferiram, do proprietário para o comprador/arrendatário, o direito de exploração de toda a cortiça de uma propriedade durante um determinado período de tempo. Finalmente, na análise da geografia da exploração florestal de cortiça, como forma de podermos estabelecer uma comparação internacional, optámos por recorrer às NUTS¹² III, sempre que nos referimos às unidades territoriais internas de cada país.

5. Duração dos contratos

A duração dos contratos é um dos itens mais pertinentes do mercado florestal de cortiça. Ora, devido, por um lado, à baixa elasticidade da oferta de cortiça, relacionada com a lenta formação desta matéria-prima, e, por outro, a uma certa volatilidade da procura, o preço da cortiça poderá alterar-se facilmente em poucos anos. Neste contexto, o preço dependerá mais do comportamento da procura e, conseqüentemente, da relação de forças entre os proprietários – que podem armazenar a matéria-prima em anos de queda de preços – e as necessidades da indústria. No entanto, ao deter a posse efetiva da matéria-prima durante um alargado período de tempo, os comerciantes e, sobretudo, os industriais podem amenizar o risco inerente a esta atividade, colocando-se próximo de um cenário de integração vertical, no qual detêm um maior controlo sobre a formação do preço da cortiça.

¹² NUTS é um acrónimo para Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas que designa as sub-regiões em que, para efeitos estatísticos, se divide o território dos Estados-Membros da União Europeia.

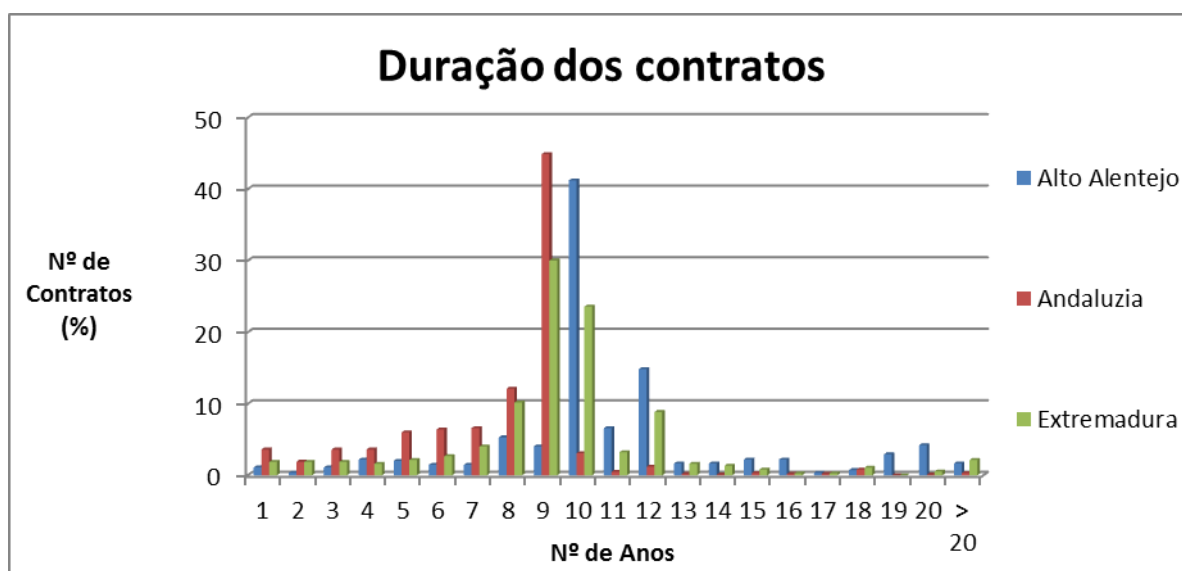
Noutra perspetiva, na segunda metade do século XIX, a cortiça conheceu uma grande valorização nos mercados internacionais, pelo que estabelecimento de contratos de longa duração poderá ter prejudicado os proprietários, já que estes os celebraram desconhecendo a provável tendência futura de aumento do preço da cortiça.

Trata-se, portanto, de um mercado onde facilmente se pode encontrar falhas relacionadas com a circulação de informação assimétrica, sobretudo tendo em conta a baixa literacia dos proprietários do Sudoeste Peninsular¹³ e, pelo menos nas primeiras décadas, a pouca tradição que estas regiões tinham para com as atividades industriais de cortiça (Zapata Blanco 1996, 51–58).

Adicionalmente, várias são as fontes coevas que se queixam da exploração dos proprietários por parte dos grandes industriais, habitualmente de origem britânica, já que estes últimos impunham aos primeiros contratos pouco vantajosos de grande duração (Fonseca 1996, 67).

Porém, ao analisarmos a duração dos contratos de arrendamento de cortiça, verificamos que a principal característica destes é a sua adaptação à natureza do ciclo produtivo do sobreiro, na medida em que a grande maioria dos contratos são celebrados com uma duração que varia entre os 8 e os 11 anos, limites mínimo e máximo para a formação de uma nova «colheita» de cortiça. Aliás, como demonstra o **Gráfico 1**, este aspeto é transversal a todo o Sudoeste Ibérico, já que Serrano Vargas se tinha deparado com uma situação semelhante em Sevilha (Serrano Vargas 2009).

Gráfico 1 – Distribuição da duração dos contratos de arrendamento de cortiça (%)

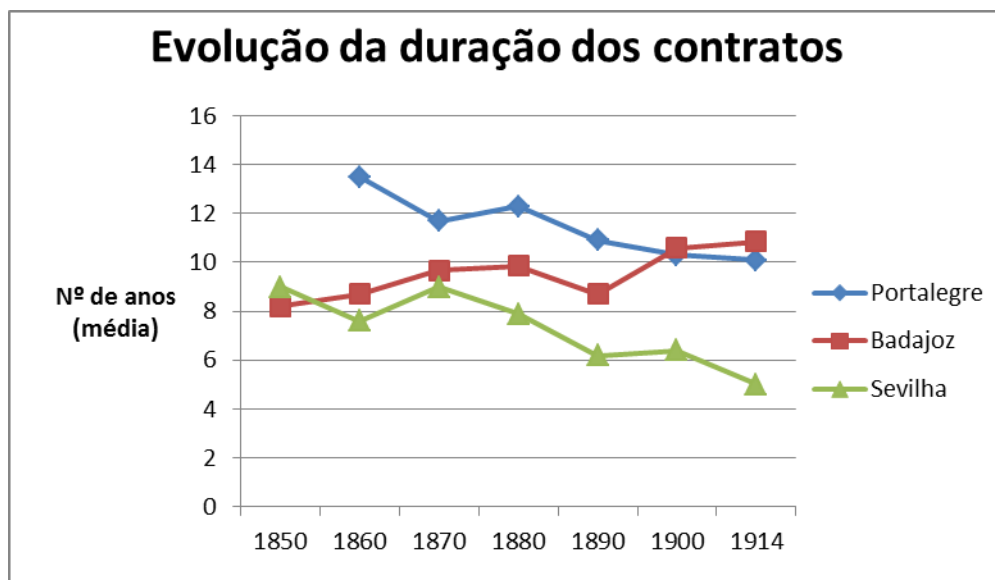


Fontes: Arquivo Distrital de Portalegre, Fundo do Cartório Notarial de Portalegre, para o Alto Alentejo. García García 2006; García García 2008a; García García 2008b para a Extremadura. Serrano Vargas 2009, para a Andaluzia.

¹³ Este fato pode ser mensurado pela grande quantidade de proprietários que não assinaram os contratos devido ao seu estado de analfabetismo.

De facto, a duração média dos contratos não é muito divergente, muito embora esta seja superior no caso portalegrense (11,2 anos) por comparação com Badajoz (9,5 anos) e Sevilha (7,2 anos).

Gráfico 2 – Evolução da duração média dos contratos de arrendamento de cortiça (1850-1914)



Fonte: A mesma que a do gráfico 1.

A grande diferença, porém, encontra-se nas tendências de evolução da duração dos contratos. Assim, se no caso de Portalegre e Sevilha, existe progressivamente uma queda da sua duração, em Badajoz parece dar-se o caso oposto, pois à medida que nos aproximamos do século XX, a duração média dos contratos começa a aumentar.

Pode-se, desde logo, concluir que a celebração de contratos de longa duração, que alegadamente poderiam lesar os interesses dos proprietários foi, em qualquer uma destas regiões, uma realidade pouco expressiva. De facto, a duração dos contratos, tendencialmente coincidentes com uma única tiragem de cortiça, como se pode verificar no Quadro 1, pode até ser vista como possuindo algumas vantagens para os proprietários. Ora, sabendo que a qualidade da cortiça varia imenso dentro duma região e, por vezes, mesmo no seio de uma única grande propriedade, o arrendamento de uma colheita inteira poderia ser uma forma do proprietário garantir que toda a cortiça era retirada, mesmo a pior de qualidade.

Por outro lado, a tendência de redução destes contratos, em Portalegre e Sevilha, demonstra uma alteração estrutural do negócio florestal de cortiça, transformando, paulatinamente, um mercado de futuro num mercado de presente (Serrano Vargas 2009, 608). Ou seja, arrendamento de cortiças tornou-se cada vez mais próximo da compra da

cortiça na árvore, conferindo ao proprietário uma maior margem negocial, na medida em que este poderia começar a influenciar a quantidade de oferta de matéria-prima, através do armazenamento, numa estratégia semelhante a que, por exemplo, pode ser efetuada com a produção cerealífera.

Quadro 1 – Distribuição dos contratos consoante o número de tiragens de cortiça

Portalegre			Sevilha			Badajoz		
Nº tiragens	Nº de Contratos	%	Nº tiragens	Nº de Contratos	%	Nº tiragens	Nº de Contratos	%
1	365	66,85	1	786	94,93	1	310	82,67
2	168	30,77	2	39	4,71	2	55	14,67
3	13	2,38	3	3	0,36	3	10	2,67

Nota: Consideraram-se os contratos com uma duração até 11 anos como aqueles adaptados a uma única tiragem de cortiça; aqueles celebrados entre 11 e 20 anos como adaptados a duas tiragens; e, por último, todos os contratos com uma duração superior a 20 anos como estando adaptados a três ou mais tiragens. Ou seja, considerou-se que cada tiragem se faria dentro de um período de até 11 anos.

Fonte: A mesma que a dos gráficos 1 e 2.

6. Geografia da procura

Os registos notariais informam-nos da naturalidade e residência dos compradores de cortiça, assim como, em muitos casos, da sede das sociedades que estes representam. Evidentemente que a análise destas características não permite identificar inequivocamente qual foi o destino final de transformação industrial da cortiça destas regiões, essencialmente por dois motivos: a cortiça podia ser preparada numa fábrica preparadora e, posteriormente, ser transformadora numa unidade industrial localizada noutra região; algumas sociedades dispunham de mais do que uma unidade de transformação de cortiça em localizações distintas.

De forma a traçarmos um quadro coerente das principais indústrias que se abasteceram da cortiça do Sudoeste Peninsular, tivemos que proceder a algumas escolhas na forma como identificámos os agentes presentes no mato. Neste sentido, desde logo, sempre que um determinado indivíduo se encontrou a negociar cortiça em representação de uma sociedade, foi considerada a origem desta última em detrimento do primeiro. Contudo, outros casos apresentaram-se problemáticos: *George Robinson* e a *Robinson Cork Grewers*; a *Henry Bucknall & Sons*; os agentes ao serviço da família *Reynolds* ou ainda a rede de compradores montada pela catalã *Mundet*.

Em relação aos *Robinson*, identificámos a atividade do industrial luso-britânico como assente em Portalegre, enquanto, em sentido oposto, atribuímos à *Henry Bucknall & Sons* uma origem britânica. O primeiro caso explica-se, por um lado, pelo facto de George Robinson dispor, desde 1848, de uma imponente fábrica transformadora de cortiça na capital do Alto Alentejo, e, por outro, porque a sua sociedade surge, na documentação

espanhola, como estando registada na referida cidade portuguesa, não obstante a sede *Robinson Cork Grewers, Ltd.* ter estado fixada na cidade inglesa de *Halifax* (Guimarães 2006, 167). Quanto aos *Bucknall*, a nossa opção ficou assente naquilo que referiram as fontes documentais, ainda que haja uma divergência na atribuição da nacionalidade desta sociedade: britânica nas fontes espanholas; portuguesa, com sede em Lisboa, nas fontes portuguesas. Porém, a desproporção de contratos celebrados pelos *Bucknall* na Extremadura (várias dezenas) e no Alto Alentejo (apenas seis), fez com que acabássemos por seguir as indicações das fontes castelhanas.

O mesmo tipo de raciocínio explica a escolha dos *Reynolds* como portugueses, com sede em Estremoz, e dos *Mundet* como catalães de *Girona*.

A geografia da procura de cortiça norte-alentejana

Como já referimos, quer o Alentejo, quer a Extremadura, eram regiões onde a indústria se caracterizava mais pelo carácter preparador do que transformador. Aliás, até aos anos 1920, a maior parte das exportações portuguesas de cortiça pautaram-se pelo predomínio da exportação em bruto (Parejo Moruno 2010, 28). A indústria corticeira portuguesa que, em 1890, registava 117 unidades e 2359 trabalhadores, situava-se essencialmente junto das áreas de produção, tendo Portugal, por esse motivo, os seus maiores centros de produção corticeira no Algarve, Alentejo e na região de Lisboa (Fonseca 1996, 69–71). Seria então de esperar que existisse uma grande quantidade de compradores destas regiões e, especialmente, de agentes locais, tendo em conta a presença da grande unidade que era a Fábrica *Robinson*, entre outras de menor dimensão, no Alto Alentejo.

A presença de um conjunto significativo de compradores espanhóis também não seria de desprezar, já que neste período o país vizinho era o maior transformador industrial de cortiça no mundo (Parejo Moruno 2010, 17–33) e, dentro destes, um certo predomínio de catalães que poderiam encontrar em Portalegre uma fonte de abastecimento de matéria-prima para as suas poderosas indústrias, tal como fizeram com a Extremadura (Zapata Blanco 1996, 37–38) e a Andaluzia (Serrano Vargas 2009, 606–609). Outro grupo que previsivelmente poderia atuar no mercado portalegrense seria composto pelas corticeiras com origem inglesa, à época bastante ativas em Portugal, sendo de destacar a *Henry Buknall & Sons*, a *William Rankin & Sons* e a sociedade comercial e industrial constituída em torno de *Thomas Reynolds* e seus descendentes, para além da inevitável corticeira portalegrense *Robinson*. Finalmente, nos primeiros anos do século XX, não seria totalmente descabido que surgisse ainda alguma das grandes multinacionais da época, que entretanto se fixaram um pouco pela Península Ibérica (Parejo Moruno 2010, 37).

Quadro 2 – Áreas de destino primárias da cortiça portalegrense (réis correntes de 1860-63)

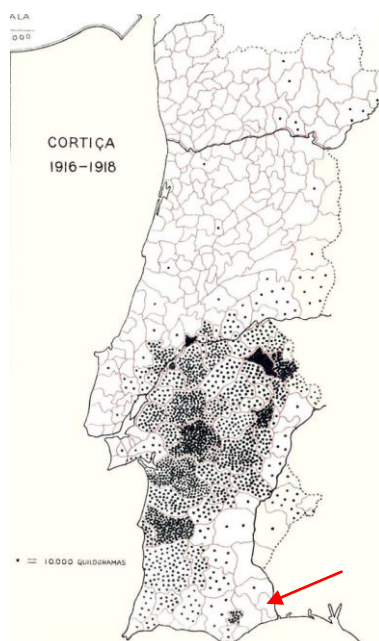
País/NUTS III	Réis Transacionados	%
Portalegre	204.753.853	46,55
Faro	192.848.238	43,84
Lisboa	35.402.834	8,05
Espanha	2.489.115	0,57
Reino Unido	2.366.732	0,54
Évora	2.041.240	0,46

Nota: Os valores encontram-se expressos em preços constantes de 1860-63. Para este cálculo utilizámos o índice de preços agrícolas publicados por David Justino (Justino 1990). Nos anos de 1913 e 1914, omissos nesta publicação, extrapolámos o índice tendo em conta a inflação média dos dez anos anteriores.

Fonte: Arquivo Distrital de Portalegre, Cartório Notarial de Portalegre.

Os resultados, não fugindo totalmente às nossas expectativas, foram, no entanto, um pouco surpreendentes, já que praticamente as duas únicas regiões que se abasteceram de cortiça portalegrense, conforme se pode aferir pelo Quadro 2, foram o Algarve e a própria região norte-alentejana. Nesta última destaca-se o grande predomínio da corticeira *Robinson* que sozinha representou cerca de 28% do valor de cortiça transacionada nos cartórios notariais de Portalegre e cerca de 60% se apenas considerarmos os agentes económicos sediados nesta região. Uma outra sociedade bastante ativa no mercado portalegrense, embora com valores de muito menos expressivos, aproximadamente 2% do total e pouco mais de 4% dentro dos compradores portalegrenses, foi a *Sebastião Francisco, Carvalho & Sobrinho*, com sede na vila de Castelo de Vide.

Figura 2 – Produção de cortiça em Portugal (1916-1918)



Fonte: (Girão 1941)

Quanto aos algarvios, o principal aspeto que os caracteriza deve-se ao facto de todos, sem exceções, serem naturais e/ou residentes num triângulo delimitado por Loulé, São Brás de Alportel e Faro. Este facto não é totalmente imprevisível, já que é precisamente nessa área que se situava a principal produção florestal de cortiça do Algarve, conforme se encontra assinalado na Figura 2.

O que talvez seja um pouco de estranhar é a ausência de corticeiros provenientes de Silves, já que naquela cidade do Barlavento Algarvio se situava grande parte da indústria corticeira algarvia, entre as quais a *Villarinho & Sobrinho* que, segundo o Inquérito Industrial de 1881, era, após a Robinson, a maior fábrica de cortiça portuguesa, empregando cerca de 500 trabalhadores (Branco e Parejo 2011, 13).

A comprovação de uma fonte qualitativa

“As grandes tiragens são compradas pelos grandes industriais e fabricantes, e as pequenas por um aluvião de compradores algarvios, que de muitas parcelas adquiridas em várias herdades chegam a dispor de porções importantes”. – José da Silva Picão (1903).

Uma outra constatação que fizemos é que estes dados confirmam as afirmações que, em 1903, José da Silva Picão fez na sua obra clássica «Através dos campos (...)» (Picão 1947, 42). Na realidade, como mostra o Quadro 3, os compradores algarvios celebraram um maior número de contratos, que, todos somados, acabaram por ter uma expressão monetária bastante importante, como já demonstrámos. No campo oposto, os grandes industriais, neste caso específico praticamente apenas representados pelos *Robinson*, celebraram um menor número de contratos, porém, os volumes monetários destes e, previsivelmente, a cortiça extraída em cada um deles seria significativamente maior.

Quadro 3 – Número de contratos celebrados por áreas de destino primárias da cortiça portalegrense

País/NUTS III	Nº Contratos	%
Faro	302	56,34
Portalegre	194	36,19
Lisboa	17	3,17
Espanha	12	2,24
Reino Unido	6	1,12
Évora	5	0,93

Fonte: A mesma que o quadro 2.

Este facto pode ainda ser comprovado pelo Quadro 4, onde comparamos a média monetária de cada contrato celebrado pelos agentes algarvios e aqueles celebrados em torno das firmas *Robinson* e *Henry Bucknall*.

Quadro 4 – Média monetária dos contratos celebrados (réis correntes de 1860-63)

Compradores	Réis
"Algarvios"	664.944
"Grandes Industriais"	1.325.638

Fonte: A mesma que o quadro 3.

Geografia da procura extremenha

O panorama esperado para a Extremadura é em tudo semelhante aquele que prevíamos encontrar no Alto Alentejo, mas que se acabou apenas por concretizar parcialmente. Ou seja, a ação de agentes catalães e britânicos, de britânicos cujas fábricas se situavam em Portugal – caso dos *Robinson* e *Reynolds* –, de extremenhos como forma de abastecerem as unidades industriais preparadoras que se estabeleceram na região.

Quadro 5 - Áreas de destino primárias da cortiça extremenha (pesetas correntes de 1913)

País/NUTSIII	Pesetas transacionadas	%
Badajoz	2.150.236,00	41,80
Sevilha	1.233.386,00	23,98
Reino Unido	914.392,00	17,77
Portugal	567.826,00	11,04
Girona	140.093,00	2,72
Cáceres	55.299,00	1,07
Huelva	44.006,00	0,86
Alemanha	39.169,00	0,76

Nota: Os valores encontram-se expressos em preços constantes de 1913. Para este cálculo utilizámos o índice de preços publicado por Carreras e Tafunell (Carreras e Tafunell 2005)

Fonte: García y García 2006; García y García 2008a; García y García 2008b.

De certa forma discordante com o verificado para o Alto Alentejo, o quadro extremenho correspondeu praticamente ao esperado. Nesta região, foram também os agentes locais os principais compradores no mercado de cortiça local, já que a NUTS III Badajoz surge destacada das demais, como se pode verificar no Quadro 5. Contudo, ao contrário da região portalegrense, no seio dos agentes extremenhos não se vislumbra a presença de um grande empresário que, à semelhança de *George Robinson*, predomine de forma inequívoca sobre os demais. A procura por parte de agentes locais pauta-se por uma certa heterogeneidade, muito embora se possam destacar algumas sociedades - *José Batet y Grané* ou a *Daussà y Forgas* – e alguns indivíduos - sobretudo *José Deulonder y Tos* e *Narciso Prats*. Nestes últimos casos, não obstante as fontes indicarem a sua origem como pacense, os apelidos parecem denunciar uma origem catalã, o que viria a reforçar o papel dos catalães no

desenvolvimento do negócio corticeiro extremenho. Porém, só um estudo prosopográfico detalhado poderá determinar com maior rigor a origem destes e de outros corticeiros extremenhos. Ainda assim, foram registados vários compradores Girondenses que totalizaram cerca de 3% da cortiça transacionada nos mercados da Extremadura. Ou seja, o «grupo catalão», uma das principais ausências do mercado norte-alentejano, encontrou-se aqui a negociar cortiça.

Outra diferença que se verifica é a maior diversidade geográfica dos compradores de cortiça, sugerindo-se assim uma possível maior competitividade neste mercado. Assim, aos agentes corticeiros locais, seguem-se os sevilhanos, liderados pelos representantes de duas sociedades corticeiras – *Robert hermanos y C^a* e a *Juan Pedro Lacabe y C^a*. O Reino Unido, com uma quota de cerca de 18%, é o terceiro grande destino primário da cortiça extremenha, mas, neste caso, apenas duas sociedades surgem representadas – a *Henry Bucknall & Sons* e, por duas ocasiões, a londrina *Fisher Howard & Sons*. A ação dos Bucknall é esmagadora, já que por si só esta sociedade representa aproximadamente 18% de toda a cortiça transacionada neste período. De facto, esta firma dominou este mercado entre os anos 1850 e 1870 (Parejo Moruno, Faísca, e Rangel Preciado 2013, 476–481).

Um último grande «grupo» é formado pelos corticeiros com sede em Portugal. Todavia, este é dominado quase exclusivamente por duas sociedades lideradas por capitais britânicos em torno das famílias *Robinson* e *Reynolds*. Como já referimos, os *Reynolds* foram os pioneiros no negócio corticeiro extremenho, situando o grosso da sua atividade neste campo entre a década de 1830 e meados da década de 1850, enquanto os *Robinson*, estabelecem-se mais tarde, a partir da década de 1870 (Parejo Moruno, Faísca, e Rangel Preciado 2013). Aliás, *George Robinson* acaba mesmo por adquirir, em 1891 e 1892, dois estabelecimentos industriais de cortiça em San Vicente de Alcántara (Parejo Moruno, Faísca, e Rangel Preciado 2013, 482). Para além destes dois grandes industriais, aparecem, mas somente em duas ocasiões, agentes algarvios cuja residência é novamente Faro e São Brás de Alportel.

Conclusão

Nesta comunicação apresentámos um primeiro estudo comparado entre os mercados florestais de cortiça do Alto Alentejo e da Extremadura, incluindo ainda, em alguns aspetos, o mercado Andaluz. Da análise dos dados que recolhemos, pode-se concluir que estes mercados tiveram bastantes semelhanças. Em primeiro lugar, o arrendamento de cortiça como forma de aquisição daquela matéria-prima era bastante comum, o que se pode aferir pelas centenas de contratos que em qualquer uma destas regiões foram celebrados de forma a regulamentar esta atividade. A sua duração foi também ela bastante idêntica, encontrando-se os contratos plenamente adaptados ao ciclo vegetativo da cortiça. Porém,

enquanto no Alto Alentejo e na Andaluzia a tendência seguiu no sentido da diminuição da sua duração, aproximando-se daquele que será uma das principais características do mercado florestal de cortiça novecentista (Serrano Vargas 2009, 608), na Extremadura parece seguir-se no sentido oposto. Esta é uma das primeiras linhas de investigação que obrigatoriamente se seguirá: porque é que a duração dos contratos na Extremadura parece ter vindo a aumentar, quando toda a lógica indicava o contrário?

Quanto à geografia da procura da cortiça, o mercado pacense parece dar mostras de um maior dinamismo, no sentido em que se multiplicaram os agentes de diferentes proveniências. No Alto Alentejo, o mercado apresenta um carácter dual, já que é praticamente dominado pelos *Robinson* e por um conjunto de agentes de origem algarvia. Contudo, o Alto Alentejo foi aqui explorado unicamente a partir dos contratos celebrados nos cartórios notariais do concelho de Portalegre, pelo que esta primeira amostra poderá distorcer um pouco os resultados, tendo em conta a implantação da corticeira *Robinson* nesta cidade. Neste sentido, continuaremos a recolher informação deste tipo para os dois concelhos com maior produção de cortiça do Alto Alentejo – Ponte de Sor e Avis – esperando, desta forma, obter um quadro mais fiel do conjunto desta região. Aliás, podemos adiantar que ao analisar os primeiros resultados do levantamento semelhante que temos vindo a realizar nos cartórios notariais de Ponte de Sor, verificámos uma presença significativa quer da *Henry Bucknall & Sons*, quer da *William Rankin & Sons*, para além dos mesmíssimos algarvios e de alguns ribatejanos. Para o ilustrar basta referir que, após a recolha de mais de cento e vinte contratos, a *Henry Bucknall & Sons* está presente em praticamente 10% dos casos. Em relação à *Robinson* passa-se precisamente o contrário, isto é, esta corticeira encontra-se praticamente ausente.

Posteriormente, alargaremos a nossa análise aos demais concelhos do Alentejo com áreas consideráveis de montado de sobro – Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Grândola, Odemira, etc. Em paralelo, procuraremos alargar a amostra também do lado Extremenho.

Com amostras mais abrangentes, poderemos obter resultados mais sólidos, mas, sobretudo, procurar responder a outro tipo de questões, porventura mais pertinentes, tais como aferir a presença de estratégias empresariais ligadas teoricamente à grande empresa moderna, conceito desenvolvido por Alfred Chandler (Chandler e Hikino 1990). Entre estas encontram-se, por exemplo, a integração vertical, a diversificação produtiva, a internacionalização ou a constituição de redes de informação com recurso a agentes locais. Esta última revela-se também bastante pertinente no estudo do fenómeno em torno da deslocalização da indústria corticeira ao Alentejo para o litoral, tal como Paulo Guimarães já assinalou (Guimarães 2006, 165–166). Esperamos, num futuro próximo, ter a oportunidade de levar a cabo todo este trabalho.

Bibliografia

- Alvarado, Eduardo. 1983. *El sector forestal en Extremadura. Ecología y economía*. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres.
- Andrade, Primo Pedro da Conceição Freire de. 2010. *Cinzas do Passado*. 2ª ed. Ponte de Sor: Câmara Municipal de Ponte de Sor.
- Bernardo, Hernâni de Barros. 1946. «A Indústria corticeira em Portugal». *Economia e Finanças* XIV: 117–253.
- Branco, Amélia, e Francisco M. Parejo. 2011. *The creation of a competitive advantage in the portuguese cork industry: the contribution of an industrial district*. Série documentos de trabalho/Working paper 43. Lisboa: ISEG.
- Carreras, Albert, e Xavier Tafunell. 2005. *Estadísticas históricas de España: siglos XIX-XX*. Bilbao: Fundación BBVA.
- Chandler, Alfred D, e Takashi Hikino. 1990. *Scale and Scope: The Dynamics of Industrial Capitalism*. Cambridge, Mass.: Belknap Press.
- Faísca, Carlos Manuel. 2013. «Desigualdade regional na Península Ibérica. Ensaio bibliográfico.» *História - Revista da FLUP* (no prelo).
- Fonseca, Helder Adegar. 1996. *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- García García, Antonio. 2006. *Explotación comercial del corcho en la provincia de Badajoz: siglo XIX (Alburquerque y San Vicente de Alcántara) : documentos para la historia económica y social de Extremadura*. Mérida (Badajoz): Junta de Extremadura: Consejería de Cultura.
- . 2008a. *Explotación comercial e industrial del corcho en la provincia de Badajoz: Jerez de los Caballeros (1841-1908)*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura.
- . 2008b. *Explotación comercial e industrial del corcho en la provincia de Badajoz: Jerez de los Caballeros y Mérida (1833-1912)*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura.
- Girão, Aristides de Amorim. 1941. *Atlas de Portugal*. Coimbra.
- Guimarães, Paulo. 2006. *Elites e indústria no Alentejo (1890-1960) : um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri : Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.
- Justino, David. 1990. *Preços e salários em Portugal (1850-1912)*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Marçal, Ramiro Larcher. 1878. «Esboço económico agrícola do Districto de Portalegre». Em *Relatorio apresentado à Junta Geral do Districto de Portalegre na sessão ordinária de 1878 pelo Conselheiro Governador Civil*. Coimbra: Imprensa Academica.
- Medir Jofra, Ramiro. 1953. *Historia del gremio corchero*. Madrid: Editorial Alhambra.
- Michotte, Félicien. 1923. *Manuel de l'industrie du Liège*. Paris: Baillière.
- Natividade, J. Vieira. 1950. *Subericultura*. Lisboa: Ministério da Economia - Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.
- Parejo Moruno, Francisco. 2010. *El negocio del corcho en España durante el siglo XX*. Madrid: Banco de España.
- Parejo Moruno, Francisco, Carlos Manuel Faísca, e Jose Francisco Rangel Preciado. 2013. «Los orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: El corcho extremeño entre catalanes e ingleses». *Revista de Estudios Extremeños* 1 (Enero-Marzo) (LXIX): 461–490.
- Picão, José da Silva. 1947. *Através dos campos : usos e costumes agrícolas alentejanos*. 2ª ed. Lisboa: Neogravura.
- Sampaio, Jaime Salazar 1977. *À la recherche d'une politique économique pour le liège au Portugal*. Lisboa: École Pratique des Hautes Études.
- Sánchez Marroyo, Fernando. 1981. «Los protocolos notariales: su aportación a la construcción de un modelo dinámico en historia agraria». Em *Estudios de historia de*

- España: homenaje a Manuel Tuñón de Lara*, by Manuel Tuñón de Lara e Santiago Castillo Alonso. Madrid: Univ. Internac. Menéndez Pelayo.
- Serrano Vargas, Antonio. 2007. «El corcho en la sierra norte sevillana: producción, comercialización y transformación industrial en los siglos XIX y XX». Sevilla: Universidad de Sevilla.
- . 2009. «Mercado del corcho en la Sierra Morena de Sevilla (1827-1919)». Em *Suredes i indústria surera: avui, ahir i demà = Alcornocales e industria corchera: hoy, ayer y mañana = Cork oak woodlands and cork industry: present, past and future*, editado por Santiago Zapata Blanco, 604–630. Palafrugell: Museu del Suro de Palafrugell.
- Silbert, Albert. 1978. *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe-début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. 2^a ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Simpson, James. 2011. *Creating Wine: The Emergence of a World Industry, 1840-1914*. Princeton, N.J.; Oxford: Princeton University Press.
- Soldevila i Temporal, Xavier. 2009. «Suredes i suro al Baix Empordà medieval». Em *Suredes i indústria surera: avui, ahir i demà = Alcornocales e industria corchera: hoy, ayer y mañana = Cork oak woodlands and cork industry: present, past and future*, editado por Santiago Zapata Blanco, 594–602. Palafrugell: Museu del Suro de Palafrugell.
- Zapata Blanco, Santiago. 1996. «Corcho extremeño y andaluz, tapones gerundenses». *Revista de historia industrial* (10): 37–68.
- . 2002. «Del suro a la cortiça: el ascenso de Portugal a primera potencia corchera del mundo». *Revista de historia industrial* (22): 109–137.
- . 2009. *Suredes i indústria surera: avui, ahir i demà = Alcornocales e industria corchera: hoy, ayer y mañana = Cork oak woodlands and cork industry: present, past and future*. Palafrugell.